



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 124, DE 2006

(Nº 282/2006, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARMELITO DE MELO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

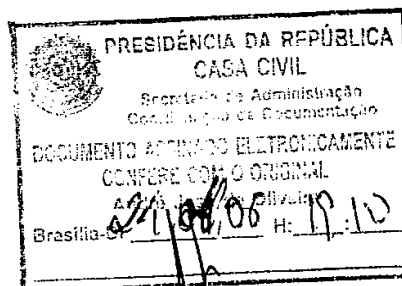
Os méritos do Senhor Carmelito de Melo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de abril de 2006.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande traço horizontal decorativo na base.

(\*) Republicado para reordenamento de páginas.

00001.003708/2006-14



EM Nº 00146 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília 24 de abril de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 05 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **CARMELITO DE MELO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **CARMELITO DE MELO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim*

**INFORMAÇÃO  
CURRICULUM VITAE**

**MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE CARMELITO DE MELO**

CPF.: 1098942949

ID.: 7605 MRE/DF

20/09/1947	Filho de Carlos de Melo e Helena Gorski de Melo, nasce em 20 de setembro, em Guarapuava/PR
20/12/1971	Ciências Sociais pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Arapongas/PR
18/11/1979	CPCD - IRBr
19/11/1979	Terceiro Secretário em 19 de dezembro
13/12/1979	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
17/12/1981	Segundo Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
19/12/1982	Pós-Graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/DF
12/04/1983	CAD - IRBr
03/11/1983	Delegação Permanente em Genebra, Segundo Secretário
01/04/1987	Embaixada em Ottawa, Segundo e Primeiro Secretário
17/12/1987	Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
15/03/1990	Presidência da República, Secretaria Geral, Adjunto
28/11/1990	Medalha "Mérito de Santos Dumont", Ministério da Aeronáutica
20/04/1991	Ordem do Rio Branco, Oficial
04/06/1991	Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Comendador
01/08/1991	Representante do Governo brasileiro no Conselho de Administração da OIT
01/09/1991	Presidência da República, Secretaria Geral, Chefe de Gabinete, interino
06/07/1993	Secretaria de Controle Interno, Subsecretário de Auditoria
22/12/1996	Conselheiro, por merecimento, em 22 de dezembro
15/09/1998	Delegação Permanente junto à UNESCO, Conselheiro
30/05/2000	CAE - IRBr, A especificidade do Itamaraty na Administração Pública Federal, à luz da teoria weberiana de burocracia
28/02/2002	Agência Brasileira de Cooperação, assessor
30/07/2002	Agência Brasileira de Cooperação, Coordenador-Geral de Administração de Projetos (UAP)
27/12/2002	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 27 de dezembro
06/11/2003	Embaixada em La Paz, Ministro-Conselheiro

  
**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente**  
**Médio**

**Divisão da África I**

**REPÚBLICA DO BENIN**

A República do Benin, antigo Reino de Daomé, é um país de dimensão territorial reduzida (112,6 mil km<sup>2</sup>) da África Ocidental, confinando com a Nigéria, Togo, Burkina Faso, Níger e banhado ao sul pelo Atlântico. Possui população estimada (2005) de 7,4 milhões de habitantes, com um PIB per capita da ordem de US\$ 642 (2005). Embora fortemente dependente de suas exportações de algodão, o país é rico em fosfatos, ferro e cromo, dispondo, também, de reservas petrolíferas.

O Benin está entre os países que alcançaram cumprir metas de desempenho macroeconômico e pôde, portanto, beneficiar-se, a partir de 2000, de recursos do FMI aos HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*). Nos últimos anos, o Benin vem buscando efetuar reformas econômicas com vistas a reduzir o déficit público e a dinamizar o setor privado.

O Benin é uma república unitária, com um presidente eleito por voto popular para até dois mandatos consecutivos de 5 anos. O atual Chefe de Estado e de Governo é Mathieu Ahmad Kérékou, eleito em março de 1996 e reeleito em março de 2001.

O Poder Legislativo é exercido por uma assembleia nacional unicameral, com 83 representantes eleitos por voto popular para mandatos de 4 anos. A atual constituição do país foi promulgada em dezembro de 1990. O Ministro dos Negócios Estrangeiros é Rogatien Biaou. O Benin celebra sua data nacional no dia da independência, 1º de agosto. O idioma oficial é o francês.

#### **POLÍTICA INTERNA**

Durante a ocupação francesa, a partir de 1893, e até a independência, em 1960, o Benin, que integrava o antigo Reino do Daomé, fez parte da Federação Francesa da África Ocidental. O primeiro presidente do país, Hubert Maga, foi eleito em 1960 e deposto por golpe militar em 1963. Ao longo dos anos 60, o país viveu período de golpes frequentes, com o poder se alternando entre juntas militares e governos civis, de efêmera duração.

Dado histórico relevante para o Brasil com relação ao Benin é o fato de que, a partir de 1830, começaram a retornar ao Benin escravos alforriados, procedentes sobretudo da Bahia e Pernambuco, que formaram elite política do país. Quando o país passou a ser colônia da França, em 1893, essa elite foi aproveitada para assessorar a administração francesa. Os retornados, ou “agoudas”, como são chamados, constituíram a classe média da colônia, criaram jornais e muitos, como Casimiro de Almeida, se destacaram como líderes pró-independência.

Em outubro de 1972, o major Mathieu Kérékou deu um golpe de Estado e iniciou ditadura que se prolongou até 1990. Em 1974, Kérékou instituiu o marxismo-leninismo no país, que passou a denominar-se “República Popular do Benin”. O novo regime unipartidário, baseado no Partido da Revolução Popular, estatizou grande número de empresas, bancos e fazendas. Além disso, a religião foi proscrita e os dois principais credos, o catolicismo e o candomblé, passaram a ser perseguidos como “reacionários”.

Na realidade, a sociedade beninense jamais se enquadrou no modelo marxista, fosse por lhe faltarem importantes postulados daquela ideologia, como, por exemplo, uma classe proletária, fosse pela subsistência de importantes laços com a França, da qual o país recebia substancial auxílio, nunca superado pelos modestos índices de assistência recebida da ex-União Soviética.

Durante 1998, várias tentativas de golpe, além de uma sucessão de greves, paralisaram a economia. O colapso do comunismo internacional, no final da década de 80, acelerou o fim do regime, e Kérékou convocou as “forças vivas da nação” para uma “Conferência Nacional”.

A Conferência realizou-se em 1990, tendo sido presidida por um descendente de brasileiros, o Bispo de Cotonou, Dom Isidoro de Souza. Foi votada nova constituição, consagrando os princípios do pluralismo democrático. A nova carta magna fixou o mandato presidencial em 5 anos, com direito a uma única reeleição. O poder legislativo passou a ser exercido por assembleia nacional unicameral, composta de 83 membros eleitos por período de quatro anos. Quanto ao poder judiciário, além da Corte Suprema, criou-se a Corte Constitucional, encarregada de julgar matérias constitucionais. Além disso, o país teve o nome alterado para “República do Benin”, e foram criados numerosos partidos políticos – inclusive o comunista. Estabeleceu-se cronograma para a realização de eleições parlamentares e presidenciais. Os pleitos realizaram-se em 1991, sendo eleito Presidente Nicéphore Soglo, derrotando Kérékou por grande margem de votos.

Apelidado de “camaleão”, pela sua extraordinária capacidade de readaptação à conjuntura política, Kérékou, derrotado, recolheu-se à abstinência política na sua região natal, ao norte do país. O Presidente Soglo, apesar de dinâmico e competente (ex-administrador do Banco Mundial), sofreu sério desgaste no seu quinquênio 1991-96. Acusado de elitista e arrogante, foi gradualmente perdendo o apoio popular. Apesar de sua boa administração, Soglo foi derrotado por Kérékou, que renasceu de suas cinzas nas eleições de fevereiro e março de 1996. Para vencer no segundo turno, o “camaleão” renunciou à sua patente militar, converteu-se ao catolicismo, passou a intitular-se reformista e fez valer, uma vez mais, o seu indiscutível carisma. O apoio de Adrien Houngbedji, líder do *Parti du renouveau démocratique* (PRD), foi fundamental para a vitória de Kérékou. Como recompensa, o Presidente criou o cargo de Primeiro-Ministro e nomeou Houngbedji para ocupá-lo.

Os primeiros dois anos do Governo Kérékou-Houngbedji mostraram fissuras no pacto eleitoral que elevou ambos ao poder. O *Parti du Renouveau Démocratique* (PRD) de Houngbedji retirou-se da Frente Parlamentar “Solidariedade e Progresso” em 1997. Em maio de 1998, o Primeiro-Ministro renunciou ao cargo, pondo fim à coalizão governista.

Nas eleições presidenciais de março de 2001, o Presidente Kérékou disputou, no primeiro turno, com 17 candidatos, dentre os quais, o ex-Presidente Nicéphore Soglo, principal figura da oposição e candidato com as melhores chances de derrotá-lo, Adrien Houngbedji, então Presidente da Assembléia Nacional, e Bruno Amoussou, então Ministro do Planejamento e do Desenvolvimento.

Kérékou obteve 47% dos votos, Soglo 28% e Houngbedji 12.6%. Desistiram, alegando manipulação eleitoral. Declarada oficialmente sua vitória, o presidente eleito tomou posse em 4 de abril de 2001.

O resultado de eleições legislativas, realizadas em março de 2003, levou o Movimento Presidencial, coalizão governista, a ocupar 52 assentos da assembléia nacional, de um total de 83, dotando o governo de confortável apoio parlamentar.

Já ocorreu o primeiro turno das eleições presidenciais, no início de março. Nelas, o atual Presidente (72), pelas disposições constitucionais (limite etário de 70 anos e já reeleito uma vez) não poderia concorrer. O pleito transcorreu dentro da normalidade e a alternância democrática deve estar assegurada, uma vez que Kérékou não favoreceu qualquer nome entre os mais de vinte candidatos que se apresentaram, inclusive pela legenda do PRD.

Rumores pré-eleitorais de que seria elaborada emenda constitucional, de modo a permitir nova candidatura Kérékou, foram fortemente rechaçadas pela opinião pública, inclusive em manifestações de rua, e pelo próprio Presidente.

## ECONOMIA

A economia do Benin baseia-se predominantemente na agricultura, especificamente na produção de algodão, azeite de dendê, castanhas e madeiras tropicais. O país é rico em fosfatos, ferro e cromo, dispondo, também, de reservas petrolíferas, ainda que modestas. A população economicamente ativa é da ordem de 2 milhões de pessoas, com 60% na agricultura, 2% na indústria e 38% no setor de serviços (transportes, comércio e serviços públicos).

Aproximadamente apenas a terça parte da população do Benin tem acesso a padrões mínimos de saneamento e assistência médico-hospitalar; 20% completaram o curso secundário e somente 60% têm acesso à água potável. Efetivamente, trata-se de um dos países mais pobres do mundo, figurando nos relatórios do PNUD como país da categoria "low human development".

Relatório do FMI, de fins de 2003, indicava que o Benin vinha atingindo, nos últimos anos, metas de desempenho econômico que têm habilitado o país a receber os desembolsos periódicos da instituição.

Comércio Exterior do Benin (US\$ milhões)	2002	2003	2004*
Exportações (fob)	241,5	278,7	277,4
Importações (fob)	720,8	1.797,9	1.337,8
Saldo Comercial	-479,3	-1.519,2	-1.059,9
Intercâmbio Comercial	962,3	2.076,6	1.615,7

## **POLÍTICA EXTERNA**

Após ter seguido uma política externa de alinhamento com os países do bloco socialista, sobretudo durante o período de “República Popular”, o Benin hoje se insere pragmaticamente na esfera ocidental, mantendo excelente relacionamento com a França e demais países da União Européia. Com a ex-metrópole, além do intercâmbio comercial, mantém importantes laços no setor de defesa. O Benin, no entanto, não deixou de ter boas relações com os países socialistas, os quais continuam sendo parceiros importantes.

No contexto africano, o Benin é um dos fundadores da CEDEAO, além de integrar outros organismos regionais para o desenvolvimento e a segurança. O país não tem disputas territoriais nem tampouco conflitos étnicos, atuando de modo construtivo no cenário político regional. Desde 1996, o Benin vem intensificando o relacionamento com os países vizinhos, sobretudo com a Nigéria, principal mercado para os seus produtos (existe um dinâmico comércio de contrabando entre os dois países; registre-se que em agosto de 2003, em virtude dos problemas de contrabando e tráfico humano, a Nigéria fechou suas fronteiras com o Benin durante uma semana) . O relacionamento com o Togo, Burkina Faso, Niger e Mali também vem sendo reforçado.

## **RELAÇÕES COM O BRASIL**

Apesar da forte ligação histórica e humana, as relações diplomáticas com o Benin, estabelecidas em 1961 e exercidas cumulativamente com a Embaixada do Brasil em Lagos, têm sido pouco expressivas, limitando-se a algumas visitas de autoridades beninenses ao nosso país, na década dos anos oitenta.

Nos foros multilaterais, o Benin tem com frequência apoiado as candidaturas brasileiras, havendo confirmado, em abril de 2002, seu voto ao candidato brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A Chancelaria beninense vem procurando promover um relançamento de seu relacionamento com o Brasil, que vem sendo estimulado pela parte brasileira. Em 2004, o então Diretor do DEAF, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, em périplo pela África Ocidental, incluiu o Benin no roteiro. Naquela visita, foram identificados diversos pontos de interesse mútuo para compor uma nova agenda de cooperação. Ainda em 2004, visitou o Brasil o Embaixador Cyrille Oguin, Embaixador do Benin em Washington (posto que detém a cumulatividade com o Brasil).

Em junho de 2005, o funcionário da Embaixada do Benin em Washington), Conselheiro Emmanuel E. Ohin, visitou Brasília. Além de tomar as primeiras informações sobre os procedimentos necessários para a abertura da Embaixada residente no Brasil, o diplomata submeteu à parte brasileira projetos de acordos de cooperação, de estabelecimento da comissão mista e de isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, que foram assinados durante a visita do Chanceler Rogatien Biaou, ocorrida em 11 de agosto de 2005.

Durante a visita do Presidente Lula da Silva ao Benin, em fevereiro passado, foi anunciada a próxima abertura de Embaixada residente do Brasil em Cotonou. A medida é muito oportuna, não apenas por ser o Benin um estável posto de observação na África Ocidental, como também pelos fortes vínculos históricos que unem os dois países, materializados em variadas manifestações culturais brasileiras e na presença, no Benin, de comunidade de cerca de 5.000 descendentes de brasileiros, ex-escravos retornados, em sua maioria. Essa comunidade, dos chamados “agudás”, em idioma *fon*, ou, tão simplesmente, “brésiliens”, faz questão de manter seus sobrenomes brasileiros (Souza, Silva, Martins e outros) e mantém a tradição de organizar festas brasileiras, como o “Bumba-Meu-Boi”, no Benin chamado de “Burrinha”.

O Benin, ao lado da Nigéria e de Gana, podem ser considerados como os países da África Ocidental onde o Brasil detém maior capital político.

#### **Intercâmbio comercial**

A relação de trocas comerciais do Brasil com o país nos últimos anos registra volumes anuais modestos e decrescentes, em razão da diminuição das importações brasileiras. Assim, em 2004, o volume comercial atingiu apenas US\$ 19,77 milhões, contra US\$ 84,3 milhões em 1998.

Os esporádicos saldos favoráveis ao Benin devem-se a um único produto beninense: algodão não cardado nem penteado, de fibra longa e alta qualidade, destinado à indústria têxtil brasileira. Ressalte-se que o Brasil, embora nos últimos anos venha importando menos, é importante parceiro comercial do Benin.

Com relação às exportações brasileiras para o Benin, a pauta resume-se a artigos de bijuteria, tais como brincos, colares, pulseiras de fantasia, etc. Segundo estimativa da Embaixada brasileira na Nigéria, o comércio de contrabando desses artigos pode atingir cifra bem superior àquela registrada pelas estatísticas oficiais. O comércio entre os dois países situa-se bem aquém do seu potencial. O Benin importa bens de capital, alimentos e manufaturados diversos, produtos esses que poderiam ser ofertados pela indústria brasileira. No momento não há registro de empresas brasileiras atuando no Benin. A Construtora Andrade Gutierrez chegou, no passado, a manifestar interesse em alguns projetos de pequeno porte, mas não concretizou qualquer iniciativa.

#### **INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BENIN (2003/05)**

(em milhões de US\$)	2003	2004	2005
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>15,4</b>	<b>18,86</b>	<b>31,997</b>
<b>Importações brasileiras</b>	<b>0,026</b>	<b>0,905</b>	<b>2,0</b>
<b>Volume</b>	<b>15,426</b>	<b>19,77</b>	<b>31,999</b>
<b>Balança</b>	<b>15,37</b>	<b>17,96</b>	<b>31,995</b>

*Fonte: MDIC/SECEX / Sistema Alice*



Aviso nº 410 I - C. Civil.

Em 26 de abril de 2006.


A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARMELITO DE MELO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe de Casa Civil  
da Presidência da República

à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Publicado no DSF de /05/2006

---

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS: (12430/2006)